



1893 - Pôster - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 06 - Formação de Professores

Formação de professores na sociedade contemporânea e a Universidade Aberta do Brasil
Claudia Escalante Medeiros - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

Formação de Professores na sociedade contemporânea e a Universidade Aberta do Brasil

Resumo: Considerando-se as mudanças na sociedade, em função das TIC e da globalização bem como a política nacional de formação de professores no contexto da Universidade Aberta do Brasil, organizou-se o presente trabalho que objetiva fazer uma análise da educação a distância como política de formação inicial de professores, tendo como contexto a implantação da Universidade Aberta do Brasil. A fim de atender o objetivo proposto, fez-se uso do levantamento bibliográfico. Os resultados indicam que formar um professor, tanto na modalidade de EaD, quanto presencial é reconhecê-lo como profissional capaz de confrontar-se com problemas complexos e variados, capacitando-os para construir soluções em sua ação, por meio da mobilização de seus recursos cognitivos e afetivos, sendo este o desafio que se impõe as políticas educacionais de formação de professores.

Palavras-chave: Formação de professores; Universidade Aberta do Brasil; Educação a distância.

Formação de Professores na sociedade contemporânea e a Universidade Aberta do Brasil

Resumo: Considerando-se as mudanças na sociedade, em função das TIC e da globalização bem como a política nacional de formação de professores no contexto da Universidade Aberta do Brasil, organizou-se o presente trabalho que objetiva fazer uma análise da educação a distância como política de formação inicial de professores, tendo como contexto a implantação da Universidade Aberta do Brasil. A fim de atender o objetivo proposto, fez-se uso do levantamento bibliográfico. Os resultados indicam que formar um professor, tanto na modalidade de EaD, quanto presencial é reconhecê-lo como profissional capaz de confrontar-se com problemas complexos e variados, capacitando-os para construir soluções em sua ação, por meio da mobilização de seus recursos cognitivos e afetivos, sendo este o desafio que se impõe as políticas educacionais de formação de professores.

Palavras-chave: Formação de professores; Universidade Aberta do Brasil; Educação a distância.

Introdução

Atualmente, a sociedade contemporânea exige de cada sujeito, novas habilidades para trabalhar com a informação, o que requer novos processos de construção e (re)construção do conhecimento e do saber, auxiliados pelas TIC, implicando em um repensar dos processos de formação inicial e continuada de professores, o que somente será efetivado por meio de políticas públicas educacionais.

Neste contexto, o presente trabalho objetiva fazer uma análise da educação a distância, como política pública de formação de professores, tendo como contexto a implantação da Universidade Aberta do Brasil.

A presente investigação de abordagem qualitativa valeu-se de alguns pressupostos do levantamento bibliográfico em que, procurou-se, por meio do referencial teórico consultado como: legislação oficial, e pesquisadores da área de políticas educacionais e educação a distância. Conforme o objetivo proposto nosso intuito é que esta investigação aqui não se esgote, almejando-se que este estudo subsidie novas pesquisas sobre o objeto investigado.

As TIC, e as mudanças na sociedade contemporânea

As mudanças decorrentes da inserção das tecnologias na vida das pessoas se refletem nos diferentes setores da sociedade, incluindo a escola e os processos de ensino e de aprendizagem que necessitam adequarem-se às novas exigências da sociedade atual. Para Santos (2002, p. 25):

[...] as interações transnacionais conheceram uma intensificação dramática, desde a globalização dos sistemas de produção e das transferências financeiras, à disseminação, a uma escala mundial, de informação e imagens através dos meios de comunicação social ou às deslocamentos em massa de pessoas, [...]. A extraordinária amplitude e profundidade destas interações transnacionais levaram a que alguns autores as vissem como ruptura em relação às anteriores formas de interações transfronteiriças, um fenômeno novo designado por "globalização".

O governo brasileiro, diante da globalização, começa a apropriar-se das TIC e da sociedade da informação e comunicação para articular ações e políticas públicas, capazes de gerar uma nova lógica organizacional a fim de atender aos anseios da sociedade. Essas mudanças possuem seu aporte em documentos publicados por organismos internacionais como o relatório de Delors (1996), a pedido da UNESCO, intitulado Educação: um tesouro a descobrir, considerado o documento base para Reforma Educacional implantada a partir da promulgação da LDB n° 9394/96. Além da UNESCO, outro organismo internacional com destaque na orientação e direcionamento das políticas públicas de vários países, incluindo o Brasil, é o Banco Mundial, como se pode comprovar através dos Relatórios Estratégia para o setor educacional de 1999 e Estratégia 2020 para a educação, que buscam adequar as políticas educacionais ao projeto político do neoliberalismo, caracterizado por políticas de descentralização, privatização, pagamento por serviços públicos, financiamento comunitário (ROBERTSON, 2012).

A Educação a Distância como política de formação de professores e a Universidade Aberta do Brasil

O governo brasileiro, em sintonia com as recomendações do Banco Mundial e da UNESCO, implanta uma série de reformas na educação, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96. Entre as principais mudanças inseridas pela referida LDB, destaca-se, aquela relacionada com a inserção das TIC nos processos de ensino e de aprendizagem, na mesma é previsto em seus artigos 80 e 81, a possibilidade de ofertar cursos também na modalidade de Educação a Distância, para todos os níveis e modalidades de ensino, contemplando também a educação continuada. Essa modalidade, inicialmente, foi regulamentada pelo Decreto nº 2494/1998 e normatizado pela Portaria do MEC nº 301/ 1998 revogados pelo Decreto nº 2561/1998 e posteriormente pelo Decreto Presidencial nº 5622/2005 que além de regulamentar os artigos 80 e 81 da LDB nº 9394/96, conceitua a Educação a Distância, entendida como:

[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias da informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).

Posteriormente, é instituída a Universidade Aberta do Brasil- UAB, pelo Decreto nº 5800/2006 tendo como um dos objetivos diminuir a defasagem didático/cultural dos professores em exercício, mas sem habilitação. Porém, a modalidade de EaD foi entendida inicialmente por muitos, como sendo de caráter salvacionista, pois muitos cursos voltados para a formação de professores foram oferecidos em polos improvisados sem uma infraestrutura adequada e de forma aligeirada, além disso, a expansão de vagas em cursos na modalidade EaD, na área da educação, vem ocorrendo com grande centralidade sob o controle da esfera privada, o que pode caracterizar que oferecer cursos de formação de professores nessa modalidade, virou um verdadeiro mercado (DOURADO, 2012).

Estes aspectos verificados no modelo de EaD adotado no Brasil despertaram muitas críticas de alguns pesquisadores da área de formação de professores, por acreditarem que os:

[...] cursos a distância demandam equipes docentes com boa formação quanto a aspectos específicos da modalidade; exigem tecnologias sofisticadas e ágeis, materiais bem produzidos e testados, polos bem instalados, monitores ou tutores bem formados, apoiados e acompanhados – tanto nos conhecimentos da área como no uso de tecnologias educacionais- sistemas de controle bem delineados com pessoal adequado, avaliação da aprendizagem em formas consistentes, entre outros cuidados (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011, p. 105).

Barreto (2010), ao analisar a Política Nacional da Formação de Professores do ponto de vista da EaD, problematiza a incorporação das tecnologias enquanto substituição tecnológica. Do ponto de vista pedagógico, a redução das TIC a ferramentas de ensino a distância leva à exclusão dos modos de sua apropriação e tende a simplificar ou substituir as práticas sociais, especialmente nos países do Hemisfério Sul e, particularmente, no contexto brasileiro, marcado por profundas desigualdades sociais, econômicas, culturais, geográficas (BARRETO, 2010).

A colocação de Barreto (2010) aproxima-se da colocação de Freitas quanto a adoção da EaD como política pública de formação de professores. Para a autora:

[...] este modelo, desenvolvido à distância através de mídias interativas e novas tecnologias da informação e comunicação, se organiza em projetos de cursos que partem do trabalho dos professores, exclusivamente em sua dimensão prática, reduzindo as possibilidades da mediação pedagógica [...](FREITAS, 2007, p. 1209).

Já Belloni (2009), mostra-se favorável a este tipo de educação, ao defender que essa modalidade de ensino pode contribuir para a formação de alunos mais autônomos. Através de suas características mais intrínsecas, a EaD mais do que as instituições convencionais de ensino superior, poderá contribuir para a formação inicial e continuada de estudantes de forma mais independentes, já que, neste contexto, a autoaprendizagem, se torna um dos fatores básicos de sua formação.

Diante do exposto entende-se que para atender a demanda da sociedade atual, não basta apenas universalizar o acesso ao ensino superior, ou adoção de políticas de qualificação de forma massiva. Para formar um bom profissional sugere-se reconhecê-lo como profissional capaz de confrontar-se com problemas complexos e variados, e os cursos de formação, tanto presencial quanto na modalidade de educação a distância, devem adequar suas propostas de forma a capacitar estes futuros profissionais para construir soluções em sua ação, através da mobilização de seus recursos cognitivos e afetivos, sendo este o desafio que se impõe as políticas educacionais de formação de professores.

Considerações Finais

Entende-se que formar um professor, para educar na sociedade contemporânea, é um desafio a ser alcançado, tanto pelas políticas públicas quanto pelas Instituições de Ensino Superior. A sociedade contemporânea impulsiona novas ideias e formas de conhecer, de ensinar e de aprender, exigindo assim a formação de um professor capaz de inserir as TIC como ferramentas em seus processos de ensino e de aprendizagem.

Para tanto, são fundamentais o desenvolvimento de políticas educacionais que primem pela qualificação dos processos de formação docente e que o professor no seu processo formativo, vivencie experiências que lhe proporcione apropriar-se de forma crítica das TIC, para que possa, efetivamente, reinventar os processos de ensino e de aprendizagem escolar e assim, através da educação, transformar a sociedade.

Referências

BARRETO, Raquel Goulart. Configuração da política nacional de formação de professores a distância. Em Aberto. Brasília, MEC/INEP, v. 23, n. 84, Nov. 2010, p. 33-45.

BELLONI, M. L. Educação a Distância. 5ª ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Decreto n. 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 2005.

_____. Decreto n. 5800, de 08 de junho de 2006. Dispõe sobre o sistema Universidade Aberta do Brasil- UAB. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 jun. 2006.

DELORS, Jacques. et al. Educação: Um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez/Unesco, 1996.

DOURADO, Luis Fernandes. Políticas e Gestão da Educação Superior a Distância: Novos Marcos Regulatórios? Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 104 - Especial, p. 891-917, out. 2008. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 20 abril de 2018.

FREITAS, Helena C. L de. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1203-1230, out. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 20 abril de 2018.

GATTI, Bernardete A.; BARRETO, Elba.S. S. e ANDRÉ, Marli E. D. Políticas Docentes no Brasil: um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011.

ROBERTSON, Susan L. A estranha não morte da privatização neoliberal na Estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial. Revista Brasileira de Educação. v. 17, nº 50, maio-ago. 2012 p. 283-302. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n50/v17n50a03.pdf>. Acessado em 18 de abril de 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). A Globalização e as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 2002.